

Acesso à Informação e Memória Virtual: Memórias da ditadura militar no *site Brasil: Nunca Mais Digit@l*¹

MASSONI, Luis Fernando Herbert (Mestrando)²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS

ENGELMANN, Solange Inês (Doutoranda)³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS

VIANA, Arthur (Graduando)⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS

MORIGI, Valdir Jose (Doutor)⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS

Resumo: O presente artigo aborda o papel do acesso às informações em relação aos acontecimentos históricos que compõem as memórias individuais e coletivas, através da construção das memórias virtuais para o fortalecimento da democracia. O objetivo é analisar a divulgação do *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* sobre os principais processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar em relação aos cidadãos que se manifestaram contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Apresenta uma discussão teórica sobre a importância do acesso à informação e a recomposição das memórias coletivas, a partir da memória virtual. Estudo qualitativo de análise de conteúdo realizado no primeiro semestre de 2015, que analisa o *site Brasil: Nunca Mais Digit@l*, que disponibiliza um acervo dos processos judiciais movidos contra os cidadãos que questionaram o período ditatorial brasileiro. Conclui que o *site* é um espaço virtual facilitador no acesso às informações sobre os processos judiciais da ditadura militar, o que auxilia no conhecimento dessas memórias coletivas, busca por cidadania e ampliação do processo democrático.

Palavras-chave: Memória Virtual; Acesso à Informação; Ditadura Militar; Brasil: Nunca Mais Digit@l.

1. Introdução

É de conhecimento público que o golpe militar de 1964 foi um acontecimento que marcou profundamente a história do Brasil. Esse é um tema polêmico que gera controvérsias, pois enquanto alguns o defendem como um período em que a ‘ordem vigorou’, outros o criticam e denunciam uma série de crimes de autoridades e governos que atentaram contra os direitos humanos. Essas opiniões não são formadas apenas por quem vivenciou esse período (1964-1985), pois percebemos um esforço por parte do

1 Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Digital, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Estudo desenvolvido junto ao grupo de pesquisa em Representações, Memória Social e Cidadania, da UFRGS, coordenado pelo professor Dr. Valdir Jose Morigi.

2 Mestrando do PPGCOM/UFRGS. Bolsista da CAPES. E-mail: luisfernandomassoni@gmail.com.

3 Doutoranda do PPGCOM/UFRGS. Bolsista da CAPES. E-mail: solengel03@gmail.com.

4 Graduando em Jornalismo pela UFRGS. Bolsista da FAPERGS. E-mail: arthurwalber@hotmail.com.

5 Doutor em Sociologia pela USP. Professor do PPGCOM/UFRGS. E-mail: valdir.morigi@ufrgs.br.

poder público e de outros agentes sociais em fazer “lembrar para não esquecer” as ações abusivas cometidas pelo Estado, como por exemplo, a Comissão Nacional da Verdade⁶. Desarquivar processos, pesquisar e difundir informações sobre a ditadura auxilia na conscientização da população, trazendo à tona as memórias sobre a ditadura militar, incorporando-as às memórias coletivas.

A memória desenvolve um papel na nossa formação enquanto cidadãos, pois nela ficam gravadas nossas impressões decorrentes dos sentidos que atribuímos às nossas experiências. Através dos atos de lembrar e esquecer, próprios do trabalho da memória, formamos nossa identidade social, que orienta nossas práticas socioculturais. Além da interação com o ambiente e com o outro, há outras experiências que auxiliam na formação das memórias coletivas, como as informações às quais temos acesso. Nesse sentido, as mídias possuem um papel fundamental na sedimentação da memória social, através da divulgação de informações que contextualizam e dão significado aos acontecimentos cotidianos e históricos.

O acesso às informações se intensificou nos últimos anos, com o surgimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), que modificaram a forma como nos relacionamos com a mídia e com a informação, que migrou dos suportes mais tradicionais (livros e jornais impressos, etc.) para a *web* e seus mais variados dispositivos. Essa migração se deu porque hoje nos apropriamos das TICs e as utilizamos diariamente, mas também porque assim essas informações tornam-se disponíveis a um maior número de pessoas, nos locais mais distantes, aparentemente sem o filtro editorial dos meios de comunicação tradicionais. Como a apropriação da informação é imbuída de sentidos que auxiliam na construção de memórias, esse fluxo origina também a formação de memórias virtuais, globalizadas e em rede.

Tendo em vista esses apontamentos, o presente estudo, realizado no primeiro semestre de 2015, analisa a divulgação do *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* em relação aos principais processos judiciais que tramitaram na Justiça Militar contra os cidadãos que se manifestaram contrários à ditadura militar no Brasil, no período entre 1964 e 1985. Objetivamos, desse modo, evidenciar o uso desse recurso na difusão das

⁶ Criada pela Lei 12528/2011 e instaurada em 2012, para apurar as violações de direito humanos no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2012).

memórias sobre a ditadura militar no Brasil e sua contribuição na ampliação do sistema democrático. Diante disso, discutimos o papel do acesso à informação na construção e recomposição das memórias coletivas e a informação disponibilizada por meio da rede virtual, procurando compreender sua contribuição na formação cidadã.

2. Acesso à Informação e as Memórias

A informação é fundamental ao falarmos em cidadania no século XXI, isso porque ela assumiu um papel crucial em várias instâncias da vida pública e privada. É através da informação que os indivíduos e grupos sociais entram em contato com diferentes formas de compreender o mundo e as práticas socioculturais de seu entorno. O acesso à informação dá *status* e também pode gerar inconformismo e resistência, pois a multiplicidade de vieses sobre um mesmo tema a que temos acesso nos permite um posicionamento mais crítico frente à estrutura social vigente.

Todos esses aspectos surgem no momento em que entendemos a informação para além de suas questões técnicas e passamos a compreender o processo de apropriação e significação inerente ao ato de transmiti-la e recebê-la. Não podemos pensar a informação de forma isolada, pois ela somente faz sentido se articulada com outros conceitos, como documento e mídia (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Desse modo, concordamos com Le Coadic (1996), quando afirma que há uma apreensão de sentidos ou seres por meio da informação, sendo passível de compartilhamento através da sociabilidade, que utiliza um sistema de signos.

O movimento da informação pode ser entendido como um recurso simbólico, aglutinando o sentido cultural para diferentes grupos e indivíduos (MARTELETO, 2000). A produção, a transferência e a aquisição de informação são fenômenos de ordem social e simbólica, construídos tendo em conta o contexto social e a atribuição de sentidos e símbolos por parte dos indivíduos (MARTELETO, 1995). Desse modo, potencializa-se o entendimento dos acontecimentos sociais e históricos, tornando-se um meio de efetivação da cidadania, pois, conforme Castro (2002), o acesso à informação está atrelado à garantia de liberdade, fortalecendo a capacidade de escolha do homem.

Esse caráter da informação incide sobre o cognitivo, dando sentido aos acontecimentos sociais e históricos, atuando na formação da memória, pois lhe é

atribuído também o ato de “fazer lembrar”. A memória coletiva se sedimenta através da construção cultural dos indivíduos e grupos sociais, em um processo marcado por fatos sociais e históricos. A experiência, a lembrança, a sociabilidade e o afeto influenciam na sua formação, pois não há memórias fora de um contexto afetivo (GONDAR, 2005). Além disso, o acesso à informação sobre os acontecimentos também possibilita o reavivamento e enquadramento de nossas memórias.

Nesse sentido, Pollak (1989) aponta que as memórias coletivas e individuais são compostas pelas interpretações do passado, estando associadas à organização social e tendo a função de assegurar a coesão social, o pertencimento e as fronteiras sociais entre os grupos.

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p. 9).

Assim, as memórias coletivas fornecem um conjunto de referências e direcionamentos que promovem o enquadramento da memória comum, com base na história, colaborando na elaboração de uma interpretação e recomposição do passado mediante o direcionamento de construção do presente e futuro de cada sociedade. Esse reavivamento da memória, através do acesso à informação, é um fenômeno proporcionado por uma intencionalidade, ou seja, há agentes que atuam para que essa memória venha à tona, sendo ressignificada e ressemantizada em nosso contexto atual.

A eficácia da informação, nesse processo, depende da distribuição no espaço social e das características dos agentes coletivos detentores do conhecimento e das tecnologias de informação (CASTRO, 2002). É nesse contexto que entra o papel das mídias, enquanto mediadoras dessa informação, bem como de outros indivíduos da sociedade civil e mesmo em âmbitos do governo que se empenham em disseminar a informação de interesse público. As mídias, destacadamente, elaboram e reelaboram produtos ao mediar as informações, que transitam por diferentes suportes, como o rádio, a televisão, os jornais, as revistas, filmes e livros (SANTAELLA, 2003). A mídia é potencializadora do acesso à informação e, portanto, trata-se de uma importante

formadora da memória coletiva.

A memória é constituída, conforme Pollak (1992), pelos acontecimentos vividos pessoalmente e pelos acontecimentos “vividos por tabela”, ou seja, que foram vivenciados pelo grupo ou sociedade a qual a pessoa se sente pertencente. Conforme o autor:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. [...] É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 201).

Por meio da memória, remontamos no tempo e nos relacionamos com o passado. Entretanto, a memória não nos conduz a uma origem autêntica, mesmo em nível pessoal (GASTAL, 2006), pois formamos a memória através do exercício de lembrar e esquecer, tendo em vista que recordar é reconstruir o passado a partir do presente e interpretá-lo em função de interesses atuais (BABO-LANÇA, 2012).

Cabe aqui salientarmos que as informações às quais temos acesso por meio da mídia são cruciais, especialmente no desenvolvimento da memória coletiva, uma vez que é uma das principais formas de mantermos contato com a história do grupo social ao qual pertencemos. Isso atribui à mídia o papel de mediadora de narrativas e relatos sobre acontecimentos históricos importantes para a sociedade, sedimentando-os em nossa memória.

Desse modo, a informação disponibilizada através da mídia possibilita que nos tornemos cientes e mais críticos a respeito dos acontecimentos da história de nosso povo. Esse processo envolve a conscientização da população e mobiliza o lembrar e o esquecer, próprios do trabalho da memória. Como elucida Castro (2002), a recuperação da informação está em permanente luta entre a recordação e o esquecimento, entre a lembrança e a realidade, entre o tempo e a narrativa e entre a vida e a morte. Nas palavras da autora:

A estratégia da informação como condição à sobrevivência amplia seu contexto comunicacional com o resgate narrativo, na preservação das memórias sociais. Resistindo aos mecanismos de esquecimento e obliteração, o acervo informacional, obtido na reestruturação das identidades atingidas

pela impossibilidade democrática, possibilita reconstruções cognitivas de avaliação e de conhecimento da realidade (CASTRO, 2002).

Sendo assim, é nesse ato de lembrar e esquecer que compomos nossa memória, fortemente influenciada pelo meio social e pelas informações às quais temos acesso. Quando a sociabilidade não dá conta de nos apresentar as diversas narrativas a respeito de fatos históricos, esse papel é desempenhado pela informação, através da mídia, que detém o poder de transmitir e enquadrar memórias, interferindo no que será lembrado – ou esquecido – pelo coletivo. É assim que nos tornamos cientes e ativos no processo de construção identitária da nação, pois o acesso à informação dá voz e vez aos sujeitos que, ao longo da história, foram silenciados.

Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico da sociedade capitalista cria novos canais de comunicação e informação frente à imprensa tradicional, rádio, jornais e revistas impressos, televisão, livro, dentre outros. Um dos principais avanços no campo das TICs é a *internet*, idealizada nos Estados Unidos na década de 1960, como ferramenta de comunicação militar. Segundo Castells (2006), a sociedade contemporânea passa por uma revolução da tecnologia da informação, responsável por uma nova forma de desenvolvimento, o informalismo, em que o conhecimento se torna a fonte central de produtividade, tendo como base a tecnologia da informação. A principal característica da sociedade informacional é a organização da estrutura social em rede, funcionando por meio de uma rede de fluxos global com capacidade de influenciar as relações sociais em todo o planeta.

Isto posto, a tecnologia desempenha um papel de destaque na sociedade, pois altera a relação com a memória, tanto pessoal como coletiva, tornando-a mais sofisticada e alterando sua relação com o tempo (GASTAL, 2006). Nas redes digitais, o acesso à memória humana, individual ou coletiva, torna-se ilimitado e os acontecimentos, atemporalizados.

A extraordinária potência mnésica das redes digitais faz destas um lugar importante da memória humana, individual e coletiva. O acontecimento registrado sob a forma de escrita, imagem e símbolos torna-se repetível, reprodutível, transmissível; pode ser recordado, *re-narrativado*, visto e revisto, donde, também cartografado e, em certa medida, atemporalizado (BABO-LANÇA, 2012, p. 63).

A *internet* surge como uma rede virtual com abrangência global – capacidade de envio de dados, imagens e sons – não sendo possível estabelecer um controle central da informação. Para Castells (2006), a *internet* possibilita aos usuários, com condições de acesso a essa tecnologia, se tornarem produtores de conteúdo e “sujeitos ativos” dos processos de comunicação, rompendo com a relação assimétrica entre emissor e receptor. Com isso, o avanço das redes sociais contribui no projeto de democratização da informação (RAMONET, 2012). Ora, um sistema que democratiza a informação democratiza também, por consequência, o processo de construção da memória coletiva, vide a importância da informação no “fazer memória”.

Porém, é preciso termos cautela com a forma que adquirem (e adquiriram) as TICs, no atual estágio do capitalismo, pois como foram criadas na última fase do capitalismo – a “globalização” –, a *internet* insere-se na lógica de funcionamento desse sistema com tendência à concentração e centralização do capital. Esse é o caso das grandes redes que monopolizam a informação: *Google, Yahoo, MSN*, etc. Não aparecer nesses portais significa, para muitos cidadãos, que a informação não é importante ou que simplesmente não existe, uma vez que não será vista (RAMONET, 2012).

A forma como o acesso à rede se dá também deve ser observada: a “divisão digital” (PAVLIK, 2011) alerta para a existência de uma estrutura de acesso de dois níveis, que separa os cidadãos com acesso básico e limitadas informações digitais daqueles que possuem condições financeiras para adquirir serviços de *internet* de alta velocidade e equipamentos de última geração. Tal divisão compromete o acesso igualitário dos cidadãos à rede e o avanço da democracia.

Por outro lado, Di Felice (2014) defende que a sociedade em rede cria uma nova cultura tecnológica e comunicativa, com a promessa de alterar a política, a democracia e a forma de pensar.

A passagem de um modelo comunicativo com base na separação identitária entre emissor e receptor, e em um fluxo comunicativo bidirecional, para um modelo de circulação das informações em rede no qual todos os atores são, ao mesmo tempo, emissores e receptores – portanto, tecnologicamente ativos –, altera a prática e o significado do ato de comunicar (DI FELICE, 2014, p. 92).

Esse novo modelo de informação estimularia uma maior participação e interação entre os cidadãos, bem como novas interações sociais, culturais e tecnológicas. Ao mesmo tempo, com o advento das TICs, para Mangan (2010), criam-se novos espaços de memória (virtuais) que atuam como repositórios na socialização de informações por meio da *internet*. São espaços *online* que retratam memórias individuais e coletivas.

Nesse sentido, para Di Felice (2014), as redes digitais incentivam o rompimento ao controle central do processo decisório por parte da mídia, tornando os cidadãos sujeitos ativos na apropriação da tecnologia e com maior autonomia no acesso à informação. Todavia, ao estimular uma ação comunicativa autônoma e crítica, a sociedade em rede apresenta “vocação democrática”, pois oferece aos cidadãos novas possibilidades de acesso às memórias coletivas e reconhecimento da sua história. “A consciência histórica serve de quadro de referência à compreensão do presente” (BABO-LANÇA, 2012, p. 55).

Isto posto, o desenvolvimento das TICs possibilita que os cidadãos tenham a sua disposição novos canais de comunicação no acesso às informações de um passado histórico, contribuindo na recomposição e reinterpretação das memórias coletivas e individuais. Assim, podem estabelecer novas redes de relações e processos comunicativos na busca por cidadania e ampliação do processo democrático.

3. Memórias Virtuais da Ditadura Militar: o site *Brasil: Nunca Mais Digit@l*

O debate teórico evidencia a importância do acesso à informação e da mídia na formação e recomposição das memórias coletivas em relação aos acontecimentos históricos que influenciam a construção da nossa identidade como nação, bem como a busca por cidadania, como sujeitos autônomos, especialmente por meio das TICs. A partir disso, apresentamos um estudo qualitativo de análise da página virtual *Brasil: Nunca Mais Digit@l*⁷ (Figura 1), buscando refletir sobre a colaboração desse novo canal de comunicação na divulgação das memórias coletivas e individuais de repressão da ditadura militar contra os cidadãos que se manifestaram contra ela.

⁷ Disponível em: < bnmdigital.mpf.mp.br/#/ >. Acesso em: 05 abr. 2015.

Figura 1 – Layout do Brasil: Nunca Mais Digit@l



Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013.

Apoiamos-nos na Análise de Conteúdo, uma das metodologias mais utilizadas nos estudos da construção da imprensa em relação aos acontecimentos e observação das formas de articulação entre os agentes midiáticos e sociais. Leal e Antunes (2011) apontam que a análise de conteúdo afasta-se da ideia de interpretação de textos e busca fornecer um mapeamento com apontamentos e indicações de significados e tendências, centradas nas características da vida social retratada no texto.

Com base nessa perspectiva metodológica, a seguir apresentamos uma descrição e análise da página virtual *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, inspirado no livro publicado por Paulo Evaristo Arns, em 1985. O livro contém cópias de processos contra presos políticos que tramitaram pela Justiça Militar na época. Foca na descrição de técnicas de tortura e enfatiza a violação dos direitos humanos cometida ao longo do período ditatorial. É através dos relatos constantes desse livro, acerca do que ocorreu durante a ditadura militar que tomamos ciência do impacto desse período na vida das pessoas. Nesse sentido, concordamos com Mezan (2013), quando afirma que este acontecimento trouxe tantos traumas na vida dos brasileiros, que não pode ser simplesmente esquecido, mas “in-quecido”, para que nunca mais volte a acontecer.

A ditadura militar brasileira foi um acontecimento que teve início em abril de

1964 e durou 21 anos, tendo fim em março de 1985. O período foi marcado por censura, perseguição política e repressão aos opositores do regime. Diversos crimes foram cometidos – e silenciados, à época – pelos militares no poder. O processo de redemocratização se deu de forma gradual, a partir de 1978, com o fim do AI-5 (principal decreto ditatorial, promulgado em 1968, que serviu como base para o endurecimento do sistema repressivo dos militares).

Com o desenvolvimento das TICs, em agosto de 2013 é lançado o *Brasil: Nunca Mais Digit@l*, que cria um *site* no qual é disponibilizado todo o acervo histórico do projeto *Brasil: Nunca Mais*, organizado nos anos oitenta pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo. O propósito do projeto era “evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, [...] [e] obter informações sobre torturas praticadas pela repressão política” (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013)⁸. No entanto, é uma tentativa de tornar a divulgação dos crimes contra os direitos humanos cometidos nesse período em instrumento de educação para recomposição da memória na sociedade brasileira.

A criação do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* tornou toda a documentação do projeto, antes somente em papel e microfilme e restrita à consulta de pesquisadores em Campinas, Brasília ou Chicago, nos Estados Unidos, disponível pela *internet* para acesso em qualquer parte do mundo, a qualquer pessoa com interesse de pesquisa ou conhecimento sobre as memórias da ditadura militar no Brasil. O objetivo é reincorporar o acervo arquivado em Chicago às memórias coletivas do país, impedir esquecimento desse período e melhorar o processo democrático.

A repatriação dos arquivos do BNM fortalece nossa democracia e contribui para a concretização dos direitos à verdade, à memória e à justiça, especialmente no momento em que o País passa a limpo sua história com o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade e diversas outras comissões regionais (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013).

O projeto gera uma nova fonte de consulta e conhecimento para a sociedade civil sobre esse período, fundamental na garantia do direito às memórias em relação à violação dos direitos humanos pelos órgãos repressores na ditadura militar. O objetivo central é ampliar a compreensão da sociedade brasileira e internacional sobre a ditadura

⁸ Documento eletrônico, não paginado.

militar, incentivando a educação através da memória histórica para a construção de relações sociais mais justas e o cumprimento dos acordos internacionais de respeito aos direitos humanos.

Através da navegação por uma série de *links*, o cidadão tem acesso a um acervo disponibilizado por meio da tecnologia DOCPRO. A facilidade no acesso foi uma questão cuidadosamente pensada na elaboração do *site*, bem como na disponibilidade dos documentos, pois identificamos vários textos e vídeos que compõem um tutorial educativo com orientações sobre como manusear os diversos recursos do *site*. Como consta no *link* “Orientações Gerais”:

Caso esteja pesquisando pela primeira vez, visite a página COMO PESQUISAR, na qual há vídeos que demonstram, em três passos, o funcionamento do software. Os vídeos abordam desde conceitos de uso básico até detalhes de funções mais complexas. Dedique-se antes de iniciar as pesquisas a assisti-los. São curtos e em poucos minutos pode-se obter conhecimentos significativos que agilizarão suas buscas (BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013).

Desse modo, destacamos que há uma intencionalidade por parte dos compiladores do *site* para que o cidadão efetivamente encontre a informação que deseja. Ou seja: o *site* não opera apenas por uma mera questão simbólica, formal, de aparências. Há um esforço em instruir o usuário, tornando-o capaz de tirar o maior proveito possível dos recursos do ambiente.

Visando tornar mais detalhada e produtiva a busca, criou-se um Sumário que organiza as informações de cada um dos 710 processos disponíveis. Como o próprio *site* elucida, trata-se de um trabalho extenso e complexo, pois os processos judiciais, às vezes, apresentam dados incongruentes e incompletos. Como o trabalho está em andamento, foram publicados inicialmente 50 sumários, sendo os demais acrescentados posteriormente, visando acelerar as possibilidades de pesquisa. As informações do sumário remetem a *links* para a página do processo do qual foram extraídas as informações, facilitando o acesso à fonte originária, através de um fluxo de informações as quais o cidadão tem acesso. Dentre as informações disponibilizadas sobre os processos que tramitaram na Justiça Militar, constam os dados pessoais dos acusados, o objeto da acusação, os fundamentos legais de acusação, data da denúncia e da sentença, resultado do julgamento, etc.

O *site* destaca que os dados dos sumários não são oficiais, portanto não substituem ou alteram o que está registrado nos processos judiciais. A identificação de erros também é incentivada e deve ser enviada pelos usuários através de contato disponibilizado no ambiente. Nesse sentido, percebemos que há uma preocupação com a fidedignidade das informações disponíveis no ambiente.

O *site* possibilita ainda que sejam realizadas pesquisas por unidades da federação e por organização política, permitindo aos interessados um filtro maior no resultado de suas buscas, facilitando a utilização dos dados disponíveis no ambiente. É possível acessar também 123 quadros com dados da pesquisa realizada pelo projeto nos anos 80, que trazem informações relevantes, como, por exemplo, uma comparação dos organogramas do aparelho repressor e das organizações de esquerda resistentes ao regime.

Fotografia 1 – Movimento Estudantil



Fonte: BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L, 2013.

Também estão disponíveis materiais multimídia, em vídeos e fotos. Os vídeos trazem depoimentos de cidadãos envolvidos no combate ao regime militar e na construção do projeto *Brasil: Nunca Mais* (Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, que advogava em defesa dos presos políticos da ditadura, e a socióloga Vanya Santana, que coordenou a concepção e montagem, por exemplo). O acervo fotográfico do projeto é

disponibilizado no ambiente *Flickr*⁹ e traz imagens da época, dentre as quais a Fotografia 1, registradas pelos profissionais da polícia da ditadura no monitoramento aos movimentos sociais contrários ao regime e identificação dos militantes, muitos depois assassinados, como por exemplo, Carlos Marighella. Os depoimentos e imagens humanizam o *site*, dão rostos ao amontoado de dados e processos.

Outra seção é a de “acervos relacionados”, que reúne *links* de outros *sites* com conteúdos diversos sobre o período da ditadura militar no Brasil¹⁰. Tal preocupação em expandir os conhecimentos sobre a ditadura para além do próprio domínio do portal explicita a vontade dos desenvolvedores do *Brasil: Nunca Mais Digit@l* em permitir acesso amplo e irrestrito às informações e memórias sobre a época.

Há ainda um espaço denominado “Quem Somos”, que apresenta os realizadores – Armazém Memória, Ministério Público Federal e Governo de São Paulo – e os diversos apoiadores do projeto. Como complemento, a página inicial possui botões para compartilhar o conteúdo do *site* nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*, divulgando o endereço e, assim, ampliando o alcance das informações disponibilizadas.

Considerações Finais

A partir da análise, constatamos que o *site Brasil: Nunca Mais Digit@l* não apenas disponibiliza as informações, mas oferece subsídios para que o cidadão consiga lidar com o volume de informações ao qual tem acesso. Assim, ele atua como ambiente facilitador no acesso às informações e às memórias sobre a ditadura militar, além de incentivar as pessoas a retificar informações com equívocos, reforçando o compromisso com a fidedignidade e transparência dos conteúdos disponibilizados.

Através da apropriação das informações no *site*, os cidadãos podem aprofundar seus conhecimentos sobre esse conturbado período histórico, sem a interferência da grande mídia tradicional ou outras forças, gerando processos comunicativos de maior transparência e pluralidade no acesso à história e a recomposição dessas memórias, sem

⁹ Disponível em: < www.flickr.com/photos/armazemmemoria/sets/72157634614452106/ >.

¹⁰ Entre eles, estão: Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, que contém mais de 1,8 milhão de páginas de jornais publicados entre 1960 e 1989; Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com mais de 100 mil páginas de documentos referentes ao período; e Revista Saúde em Debate, com mais de 10 mil páginas que abordam o desenvolvimento da saúde pública do período da ditadura até os dias atuais; entre outros.

a interferência de interesses externos.

Com a disponibilização do acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais* na internet, as mídias digitais adquirem papel central no conhecimento e recomposição das memórias coletivas e individuais desse período, possibilitando um processo educativo na busca por cidadania e avanço da democracia. A divulgação *online* nesse espaço auxilia através do “fazer saber” dessas memórias e, conseqüentemente, do “fazer lembrar”. Nesse sentido, o *site* se constitui como uma memória virtual do período ditatorial brasileiro, que pode ser acessado em qualquer parte do planeta para informar e conscientizar a população sobre os crimes e violações dos direitos humanos cometidos nesse período conturbado da nossa história.

Referências

BABO-LANÇA, I. Acontecimento e Memória. In: FRANÇA, V. R.; OLIVEIRA, L. **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRASIL: NUNCA MAIS DIGIT@L. 2013. Disponível em: < bnmdigital.mpf.mp.br/#/ >. Acesso em: 5 abr. 2015.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, A. L. S. O Valor da Informação: um desafio permanente. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, jun. 2002. Disponível em: < www.dgz.org.br/jun02/Art_02.htm >. Acesso em: 29 mar. 2015.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 2012. Disponível em: < www.cnv.gov.br/index.php >. Acesso em: 10 abr. 2015.

DI FELICE, M. Network Society (Sociedade em rede): da esfera pública para a conectividade. In: MARCHIORI, M. (Org.). **Sociedade, Comunidade e Redes**. São Caetano do Sul: Difusão; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

GASTAL, S. **Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio**. São Paulo: Papiрус, 2006.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: _____; DODEBEI, V. (org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, Programa de

Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

LEAL, B. S.; ANTUNES, E. O Acontecimento como Conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. In: _____; VAZ, P. B. (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: percursos metodológicos**. Florianópolis: Insular, 2011.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

MARTELETO, R. M. Redes e Configurações de Comunicação e Informação: construindo um modelo interpretativo de análise para estudo da questão do conhecimento na sociedade. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 14, n. 29, p. 69 - 94, jul./dic. 2000.

MARTELETO, R. M. Cultura, Educação, Distribuição Social dos Bens Simbólicos e Excedente Informacional. **Informare: Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul./dez. 1995.

MEZAN, Renato. **Esquecer? Não: in-quecer**. Disponível em: <
http://nupsi.org/wpcontent/uploads/2013/08/Renato_Mezan_-_Esquecer_In-Quecer.pdf
>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PAVLIK, J. A Tecnologia Digital e o Jornalismo: as implicações para a democracia. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 7, n. 11. 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAMONET, I. **A Explosão do Jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

SANTAELLA, L. **Culturas e Artes do Pós-Humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.